

FEMINICÍDIO E JORNALISMO NO BRASIL: atuação do feminismo nas redes

FEMINICIDE AND JOURNALISM IN BRAZIL: acting feminism in the nets

Raquel PAIVA¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro | Brasil

Resumo

O artigo pretende analisar o movimento internacional #MeToo analisado sob a ótica do território brasileiro. Traça um panorama das características do movimento feminista no Brasil, percursos históricos e novas abordagens a partir das redes sociais. O #MeToo como uma das expressões do novo feminismo. Os movimentos e coletivos na rede e o #EleNão como uma derivação do #MeToo e a sua tentativa de impedir a eleição de um movimento misógino e machista em 2018 no Brasil. O artigo aborda ainda o fato de que campanhas pela denúncia dos casos de assédio não impedem e nem reduzem as altas estatísticas de feminicídio, com o país ocupando a quinta colocação mundial e recebendo a qualificação de lugar inseguro para as mulheres.

Palavras-chave

Jornalismo; Feminicídio; Feminismo; Redes Sociais, #Metoo

Abstract

The article aims to analyze the international movement #MeToo analyzed from the perspective of the Brazilian territory. It outlines the characteristics of the feminist movement in Brazil, historical pathways and new approaches from social networks. #MeToo as one of the expressions of the new feminism. Movements and collectives on the network and #NotHim as a derivation of #MeToo and its attempt to prevent the election of a misogynistic and chauvinist movement in 2018 in Brazil. The article also addresses the fact that campaigns to denounce harassment do not prevent or reduce the high statistics of femicide, with the country occupying the fifth place in the world and being classified as an unsafe place for women.

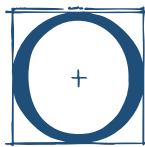
Keywords

Journalism; Femicide; Feminism; Social Networks; #Metoo

RECEBIDO EM 29 DE JULHO DE 2019
ACEITO EM 31 DE OUTUBRO DE 2019

¹ Doutorado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1997), Pós-doutorado pela Università degli Studi di Torino, Itália. Professora titular do Departamento de Expressões e Linguagens da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestrado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1991). Contato: paivaraquel@hotmail.com.

Introdução



movimento internacional *#MeToo* tem sido um efetivo sujeito coletivo de análise da situação feminista no território brasileiro. Ao mesmo tempo em que esse movimento sinaliza o começo da quarta onda feminista no Brasil, ele atribui ao uso das redes sociais uma função radicalmente diferente do falatório inconseqüente que vem ocupando a cena pública, o que dá um novo tipo de configuração ao que Jean-François Lyotard (2002) chamava, quatro décadas atrás, de movimento social “transclassista”. É oportuno citar a sua obra “O pós-moderno”, comumente lembrada por diversos críticos como marco ou referência teórica da pós-modernidade. Ele identificava, no final dos anos 70 do século XX, a emergência de experiências e estratégias sensíveis que anunciavam o fim das Grandes Narrativas sobre o mundo, indicando ao mesmo tempo o surgimento de movimentos sociais transclassistas como o feminismo e o ecologismo.

De que maneira, o *#Metoo* converte-se em instrumento coletivo de análise?

Primeiramente, confrontando o discurso pós-modernista de Lyotard (2002) com os dados empíricos relativos à condição real das mulheres no território brasileiro. De fato, no ano de 2018, segundo a ONG Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 22 milhões de mulheres brasileiras foram vítimas de algum tipo de assédio enquanto 1,6 milhões foram espancadas. Estes números, apesar de alarmantes, na verdade estão subdimensionados, uma vez que apenas metade das mulheres que sofrem agressão denunciam, pedem ajuda institucional ou registram a ocorrência em delegacias policiais. Os dados, que integram a pesquisa realizada pela ONG Fórum, deixam evidenciados uma estrutura cultural que persiste, já que a violência contra a mulher não tem reduzido, e contra a qual se impõem uma agenda e uma atuação contundentes por atestar que o Brasil não é um lugar seguro para mulheres.

Se por um lado, o conhecimento destes dados não parece estar conseguindo modificar o ambiente agressivo que a mulher brasileira enfrenta no seu cotidiano, por outro, as mulheres, de todas as idades, desde as adolescentes, passaram a ter, com as redes sociais acesso a informações e a inúmeros coletivos, *hashtags* e grupos no *Facebook*, propiciando novas formas de mobilização, levando mesmo a supor que uma quarta onda feminista esteja em curso no país.

Importante ainda ressaltar que da mesma maneira que a discussão em torno de mobilizações como o *#MeToo*, via rede, *hashtags* e aplicativos constituem a ambiência do estágio atual da visibilidade, também é preciso resgatar o pressuposto de que a questão de gênero amplia e muito o foco que se pretende concentrado apenas no universo específico da mulher. Falar de gênero não significa, já dizia Joan Scott, apenas “a construção social da diferença entre os sexos, mas ele constitui a primeira maneira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1999, 56). Por outro lado, o feminismo consolida-se ainda hoje como uma força atuante, especialmente considerando que ele designa uma perspectiva política que repousa na convicção de que as mulheres são vítimas de uma injustiça específica e sistemática pelo fato de serem mulheres, e que é possível e necessário encaminhar essa injustiça para lutas individuais e principalmente para as coletivas.

E com intuito de consolidar a compreensão sobre o perfil da mobilização das mulheres na atualidade, vale mencionar o entendimento que faz Richard Evans sobre o feminismo está baseado em três critérios: 1º - a crença de que as mulheres sofrem de maneira sistemática uma opressão social e política em função do seu sexo. 2º - a ideia de que esta injustiça é mais importante do que outros tipos de injustiças a que são vítimas por pertencerem a grupos específicos, como por exemplo grupos étnicos,

religiosos, etc. 3º - a convicção de que é interesse comum de todas as mulheres a supressão desse tipo de injustiça (EVANS, 1986).

Percurso histórico das “ondas”

É notório que os movimentos feministas são divididos em períodos denominados “ondas” de acordo com Fourgeyrollas-Schwebel (2009). A primeira onda ocorreu na segunda metade do século XIX e no começo do século XX. A segunda no início dos anos 1960 e anos 1970. Finalmente, a terceira onda surgiu no final da década de 1980 e está em vigor até os dias de hoje.

Relembrando: a primeira onda do feminismo – a do sufrágio feminino – foi marcada por reivindicações em favor do direito ao voto, tendo à frente os Estados Unidos e alguns países europeus. A segunda onda – do Movimento de Liberação das Mulheres – teve um feminismo questionador do sistema político, de uma maneira abrangente. Estão em pauta, além das questões como o aborto, estupro e assédio sexual. A Terceira onda inaugurou a discussão sobre gênero.

No caso brasileiro, alguns estudos destacam que o feminismo no Brasil, possuiu uma divisão diferente, começando a ser mais ativo nos anos 70, com grupos feministas articulados às organizações de esquerda, muitas delas clandestinas e com forte oposição à ditadura. Por isso tratava-se de um feminismo militante. Entretanto, não se pode deixar de mencionar que, em fevereiro de 1932, é garantido o sufrágio feminino, enquanto que o direito pleno à candidatura só viria 14 anos depois com a Constituição de 1946. É preciso enfatizar ainda, segundo Sarti (2001), que a presença das mulheres na luta armada, nos anos 60 e 70, significou, além de insurgência à ordem política vigente, uma transgressão ao que era designado como próprio às mulheres.

Neste sentido, o Ano Internacional da Mulher (1975). Oficialmente instituído pela ONU, propicia o cenário para o início do movimento feminista no Brasil, ainda marcado pela luta política contra o regime militar. O

reconhecimento oficial pela ONU da questão da mulher como problema social favoreceu a criação de espaço para a formação e visibilização de grupos políticos de mulheres que passaram a atuar abertamente, como o Brasil Mulher, o Nós Mulheres, o Movimento Feminino pela Anistia e o Centro da Mulher Brasileira, com subdivisões em diversas cidades do país. Dentre muitos outros, o Centro da Mulher Brasileira (CMB), considerado a primeira organização feminista a se constituir após 64. Por outro lado, as questões propriamente feministas, aquelas que se referiam às relações de gênero, ganharam espaço apenas a partir dos anos 80. Grande parte dos diversos grupos de mulheres declarou-se abertamente feminista, forçando assim a reivindicação no plano das políticas públicas e também para o aprofundamento da reflexão sobre gênero.

Algumas análises, como a da antropóloga Cynthia Sarti (2001), concebem a existência histórica de dois blocos no movimento feminista brasileiro. As duas tendências, presentes desde os primórdios, se caracterizaram por uma vertente com interesses direcionados para a atuação pública das mulheres, investindo em sua organização política e fixando-se nos problemas relativos ao trabalho, ao direito e à redistribuição de poder entre os sexos. A outra vertente consolidou-se mais direcionada ao terreno fluido da subjetividade e das relações interpessoais.

Importante enfatizar que os anos 80 são marcados por diversas instancias de mobilizações das mulheres no campo político, mas também profissional, consolidando e legitimando o seu papel como sujeito social particular. A própria questão da violência passou a ser alterada na medida em que a mulher começou a ser tratada em delegacias próprias. E finalmente, é preciso mencionar que ocorre uma significativa alteração da condição feminina na Constituição Federal de 1988, com a extinção da tutela masculina na sociedade conjugal. Nos anos 2000, as feministas no Brasil finalmente avançaram em relação à violência doméstica e familiar contra a

mulher, com a criação da Lei no. 11.340, de 7 de agosto de 2006, a Lei Maria da Penha, que estabelece medidas para a prevenção, assistência e proteção às mulheres em situação de violência. A Lei ficou conhecida por este nome em homenagem a Maria da Penha, mulher que sofreu, em 1983, duas tentativas de assassinato por seu marido, depois que a deixara paraplégica. Mesmo condenado por tribunais locais, o réu valeu-se de recursos processuais e não foi preso. Maria da Penha recorreu à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e, em 2001, o Brasil foi responsabilizado por omissão e negligência.

Mulheres e redes sociais

As redes sociais no Brasil são atualmente um espaço de atuação feminista. Nas redes sociais, as mulheres brasileiras têm podido denunciar os casos de assédio e expor situações de constrangimento e machismo. Entretanto, a ação nas redes sociais não se faz acompanhar pela cobertura da mídia tradicional que, ao realizar matérias sobre fatos agressivos contra as mulheres, coloca-os no nível da violência cotidiana e não como comportamento e cultura que precisam e devem ser mudados.

As mulheres brasileiras têm encontrado nas redes sociais a possibilidade de visibilizar efetivamente suas reivindicações e lentamente começam a conseguir que suas vozes sejam ouvidas pelo sistema judiciário e também pela mídia tradicional. O retorno às manifestações feministas, nos anos 2000, é marcado pelo surgimento dos comitês e marchas com temática especificamente feminista, a exemplo da Marcha Mundial das Mulheres, a Marcha das Margaridas e a Marcha das Vadias. Neste sentido, vale a pena ressaltar o papel social da “Marcha das Margaridas” que é a maior mobilização de mulheres trabalhadoras rurais (no campo e na floresta) do Brasil. A marcha surgiu em 2000 e seu nome é uma homenagem à trabalhadora rural e líder sindical Margarida Maria Alves, que ocupou por 12 anos a presidência do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alagoa Grande, estado da Paraíba e fundou o Centro de Educação e Cultura

do Trabalhador Rural. Margarida, para quem era “melhor morrer na luta do que morrer de fome”, foi brutalmente assassinada pelos usineiros da Paraíba em 12 de agosto de 1983.

A Marcha das Vadias, por outro lado, é um movimento internacional (Slut walk), que teve início em 2011, em Toronto, no Canadá, como forma de protesto contra o discurso de culpabilização das vítimas de violência sexual e de denúncia de qualquer outro tipo de violência contra as mulheres. No Brasil, a primeira Marcha das Vadias aconteceu em 4 de junho de 2011, em São Paulo, com a presença de 6 mil mulheres. Já nos anos seguintes, diversas cidades brasileiras passaram a ter o evento, em que as mulheres denunciam desde as atitudes masculinas preconceituosas até os casos de estupro. E finalmente a MMM, Marcha Mundial das Mulheres, ou Women’s March, que teve início em 2000, inspirada em uma manifestação organizada em 1995, em Quebec, no Canadá, quando 850 mulheres marcharam 200 quilômetros, pedindo, simbolicamente, pão e rosas.

A configuração da nova postura dos movimentos feministas estava certamente dada neste binômio aparentemente etéreo, mas que já traduzia as bases de um movimento para a mobilização das mulheres contra a exploração e a desigualdade de acesso e oportunidade, representadas simbolicamente pelo “pão” e pela luta por um mundo com pessoas, políticas, posturas e ações “não violentas”, a partir da configuração da rosa. A partir de 2000 a Marcha Mundial das Mulheres tem procurado implementar uma mobilização cada vez maior mundialmente, valendo-se de todo o aparato midiático com sites, lista de e-mails, página no *Facebook*, *Twitter*, Canal no *Youtube*, Radio Web e *Hashtags*.

A partir desse cenário é possível perceber a rapidez e a necessidade de um movimento como o *#MeToo*, que foi uma campanha iniciada no *Twitter* em outubro de 2017 pela atriz Alyssa Milano. A iniciativa teve início após a revelação de centenas de alegações de assédio sexual e estupro no

contexto de Hollywood. A ideia principal era encorajar as mulheres a falarem sobre os episódios em que sofreram assédio ou abuso sexual, mostrando a magnitude do problema e a importância de denunciar esses crimes. Também na França na mesma época, houve o movimento *#BalanceTonPorc*, uma campanha igualmente lançada no *Twitter* para denunciar situações de assédio. A jornalista francesa Sandra Muller criou a *hashtag* *#BalanceTonPorc* ("Delate seu porco"). É preciso dizer que antes da campanha *#MeToo* surgir e viralizar nas redes sociais no mundo, outros movimentos liderados por mulheres com o propósito de expor assédios e denunciar casos de agressão e violência tiveram grande repercussão no Brasil: (1) *Chega de Fiu-Fiu* (2014); (2) *#EuNaoMerecoSerEstuprada* (2014); (3) *#PrimeiroAssedio* (2015) e (5) *#MexeuComUmaMexeuComTodas* (2017)

1. Chega de Fiu-Fiu

Em agosto de 2014, o coletivo feminista Think Olga publicou uma pesquisa elaborada pela jornalista Karin Hueck como parte das ações da campanha "Chega de Fiu-Fiu", cujo objetivo era denunciar o comportamento masculino inapropriado. A pesquisa produziu mapas interativos e contou com 7.762 participantes – 99,6% delas afirmaram já ter sido assediadas. Dentre as perguntas constava sobre os lugares de maior assedio, surgindo a rua em primeiro plano, mas também o trabalho, com um número significativo admitindo ter sido assediada por colegas. Também questão sobre comportamento, como o questionamento sobre ter deixado de fazer algo por medo de assedio, a que a maioria dizendo respondeu afirmativamente. Merece destaque também a pergunta sobre a vestimenta com 90% das mulheres dizendo ter mudado de roupa por medo de assedio.

2. #EuNaoMerecoSerEstuprada

A campanha que teve mais impacto foi a *#EuNaoMerecoSerEstuprada*. Tudo começou com a divulgação, no dia 27 de março de 2014, da pesquisa do importante Instituto de Pesquisa Econômica

(IPEA) do governo brasileiro sobre "tolerância social à violência contra as mulheres". O estudo revelou dados alarmantes: Dentre 3.810 entrevistados, 65% concordavam com a frase Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas. A notícia gerou uma onda de indignação nas redes sociais da Internet. Em resposta, a jornalista Nana Queiroz organizou uma campanha em que convidou mulheres a postarem suas fotos no *Facebook* segurando cartazes com a frase "Eu não mereço ser estuprada", além de um protesto que ganhou o apoio de mais de 40 mil mulheres.

Na semana seguinte, o instituto corrigiu um erro verificado no percentual de respostas à afirmação que causou polêmica: 26% dos entrevistados concordavam com a frase Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas, e não 65%. Mesmo com a correção do erro, as mobilizações nas redes e fora delas continuaram, uma vez que o restante dos resultados da pesquisa demonstrou a permanência da cultura de culpabilização das mulheres vítimas de violência sexual no Brasil: 58,5% dos entrevistados acreditavam que se as mulheres soubessem se comportar, haveria menos estupros.

3 - *#PrimeiroAssedio*

No sentido de demonstrar o alcance do movimento no Brasil, também merece destaque a estreia do programa *MasterChef Júnior*, da Rede Bandeirantes, em outubro de 2015, que foi marcada por comentários de teor sexual direcionados a uma das participantes do reality show — a menina Valentina Schulz, de apenas 12 anos de idade. Com a grande repercussão do caso nas redes sociais, o coletivo feminista Think Olga lançou no *Twitter* a *hashtag* *#PrimeiroAssedio*, encorajando as mulheres a contar sobre a primeira vez em que foram assediadas. A *hashtag* foi replicada mais de 82 mil vezes.

4. #MexeuComUmaMexeuComTodas

É importante mencionar que meses antes do caso Harvey Weinstein ser divulgado pela imprensa mundial, em março de 2017, houve uma denúncia de assédio sexual nos bastidores da Rede Globo, a maior emissora de TV do país. A figurinista de uma importante novela na época, Susllen Tonani, acusou o ator principal, José Mayer, de fazer investidas sexuais indesejadas contra ela. As atrizes da novela e da emissora se mobilizaram, o caso ganhou repercussão nacional e o ator foi afastado pela direção.

É possível creditar ao movimento *#MeToo* um crescimento no interesse pelo feminismo no país desde então. As buscas no Brasil pela palavra feminismo demonstram no Google Trends o crescimento de interesse a partir de 2011, sendo o auge em 2018. O interesse pela temática despertou também o foco editorial mercadológico, com a edição de inúmeros novos títulos sobre a temática, que produziram situações consideradas no mínimo grotescas como o caso da camiseta (vendida a 70 dólares), com as inscrições "This is what a feminist looks like" destinada levantar fundos e produzida pelo pool formado pela revista de moda Elle, a marca Whistles e a Fawcett Foundation. A camiseta era produzida por mulheres em condições análogas à escravidão nas Ilhas Maurício.

Finalmente, é preciso admitir que, impulsionado pelas redes sociais, certamente o feminismo entrou na sua quarta onda, com um grau de interesse e discussão até então inimagináveis e em especial em países da região sul do globo terrestre. E nesse contexto, é amplamente admitido que o movimento *#MeToo* impulsionou uma série de outros movimentos, criação de coletivos e mesmo o interesse da nova geração de adolescentes cujo mantra "A América Latina vai ser toda feminista" expressa este novo compromisso.

Eleições 2018: *#EleNão* e a luta diária por um feminismo

Estas mudanças começaram desde 2014 quando se iniciou via redes sociais a exposição do comportamento masculino. A violência contra as mulheres no Brasil continua crescendo, os dados de 2018 são alarmantes e o país já ocupa o quinto lugar no mundo, perdendo apenas para El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia. E a tendência é de aumento diante do novo quadro político brasileiro, contra o qual as mulheres, de uma maneira geral, se manifestaram pelas redes sociais e nas ruas. As mulheres se mobilizaram nacionalmente para combater a candidatura do atual presidente porque, desde o início da candidatura, sua postura foi de ofender as mulheres e incitar o ódio contra toda e qualquer postura feminista.

#EleNão, o mais expressivo movimento, mobilizou mulheres de norte a sul do país, chegando a agregar mais de um milhão e meio no *Facebook*, no período pré-eleitoral, acirrando os ânimos entre o primeiro e o segundo turno da eleição. O movimento organizou passeatas em todo o país e a página foi alvo de raqueamento pelos apoiadores do candidato, que terminou por ser eleito, graças principalmente à uma campanha baseada em notícias falsas via o aplicativo *WhatsApp*, disparando mensagens de maneira massiva.

O movimento *#EleNão* constitui um prosseguimento de diversos outras mobilizações das mulheres no Brasil ao longo desse novo milênio, como o *Chega de Fiu-Fiu* (2014) or “Enough with the Catcalls”, *#EuNaoMerecoSerEstuprada* (2014) “I don’t deserve to be raped”, ainda o *#PrimeiroAssedio* (2015) “The first harassment” e ainda o *#MexeuComUmaMexeuComTodas* (2017) “Mess with one of us, mess with us all”. Tudo começou cerca de dois meses antes do primeiro turno das eleições gerais de 2018, diversos grupos começaram a se mobilizar intensamente na Internet em torno das campanhas dos candidatos à Presidência da República. Um dos movimentos de maior repercussão nas redes — e fora delas — teve início com a criação do grupo de *Facebook*

"Mulheres Unidas contra Bolsonaro" no dia 30 de agosto, em repúdio às declarações de teor machista, racista e homofóbico feitas pelo então candidato do PSL, Jair Bolsonaro, ao longo de sua vida pública. Em poucos dias, o grupo contava com a adesão de 4 milhões de mulheres e o *#EleNão* foi a explosão da politização das mulheres.

Um estudo desenvolvido pela Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV DAPP) revelou que a *hashtag* *#EleNão* impulsionou mais de 1,6 milhão de menções no *Twitter* entre os dias 12 de setembro, quando surgiram os primeiros tuítes, e o dia 24 de setembro. Os tuítes críticos ao candidato eram a maioria dentre as publicações coletadas, com cerca de 1,2 milhão de menções.

O passo seguinte da história no Brasil é conhecido: o candidato machista e misógino foi eleito, seu partido conseguiu eleger uma bancada de políticos, porém por outro lado, os partidos de esquerda conseguiram eleger deputadas federais, estaduais e senadoras e até mesmo a primeira indígena eleita deputada federal no país, Joênia Wapichana. Este é um movimento que acompanha a onda mundial, com Deb Haaland e Sharice Davids, as primeiras indígenas eleitas para o congresso nos Estados Unidos, sem falar na já considerada *pop congressista* Alexandria Ocasio-Cortez, a mais jovem deputada eleita, com uma pauta afinada ao movimento feminista mundial atual, onde estão lado a lado as lutas dos grupos minoritários, mas também a preocupação com a sociedade e suas causas urgentes como a questão climática e também uma pauta afinada aos laços familiares e comunitários.

Em todo o mundo explode o perfil da nova quarta onda do movimento feminista, onde o uso das redes sociais desponta como uma força motriz capaz de mobilizar, como nunca foi possível, mulheres para a atuação política. A inauguração da quarta onda se dá pela crescente presença feminina na política, nos mais diversos lugares dentre eles o Brasil, Estados Unidos, Espanha, Nova Zelândia, Alemanha, etc. Com ela, o desafio de contrapor o ideário das lutas anteriores à crescente violência física e psíquica

contra as mulheres, além das pautas tradicionais que envolvem o cuidado e a gerencia do próprio corpo, acrescidas da pauta emergente que aponta para a questão climática, ecológica e produção segura de alimentos. Como pano de fundo, pairam as ameaças do sombrio retorno de uma onda retrograda em todo o mundo.

Feminicídio e Feminismo

Na década de 70 o movimento feminista decidiu adotar uma nova nomenclatura para nomear as mortes de mulheres por assassinato. O neologismo “feminicio” surge pela primeira vez nas sessões do Primeiro Tribunus Internacional de Crimes contra as Mulheres, em 1976, em Bruxelas na Bélgica. A socióloga e feminista sul africana, Diana Russell tratou de definir no contexto do Tribunal as ações passíveis de serem julgadas como feminicídios, englobando um espectro de violências que resultam em mortes.

Feminicídio portanto é o assassinato de mulheres por homens e abrange um largo contingente de ocorrências. Entretanto, no Brasil, a base de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade não fornece informação sobre feminicídio sendo, portanto, impossível identificar a parcela que corresponde a vítimas desse tipo específico de crime. Porém, a mulher que se torna uma vítima fatal muitas vezes já foi vítima de uma série de outras violências de gênero, por exemplo: violência psicológica, patrimonial, física ou sexual, o que significa que muitas mortes poderiam ter sido evitadas, se tivessem recebido apoio e assim sair do ciclo de violência.

Com o propósito de formular uma intervenção concreta, inúmeras mulheres eleitas senadoras, governadoras, prefeitas, congressistas, deputadas e vereadoras inserem em suas pautas de atuação o enfoque no combate ao feminicidio no Brasil. Uma das propostas mais importantes para se estimar o número de mortes de mulheres por agressão no Brasil foi formulada por Romio (2017) que elaborou uma metodologia que considera

três categorias: feminicídio reprodutivo, feminicídio doméstico e feminicídio sexual.

A procura se concentra nos índices que indiquem que as mortes estudadas tiveram como causa a condição social da mulher e discriminação por sexo contra mulheres (Romio, 2017, p. 165). No caso de feminicídio reprodutivo, utilizando dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade, a autora utiliza uma categoria mais ampla que inclui também casos de mortes decorrentes de aborto voluntário, uma vez que são consequências de políticas de controle do corpo feminino e de supressão da liberdade e de direitos.

Já o feminicídio sexual pode ser contado a partir da agressão sexual por meio de força física. É interessante frisar que também nesta questão apesar de discussões e estudos que apontem na necessidade de um consenso entre movimentos sociais e juristas quanto à tipificação penal prevista de estupro seguido de morte quando a vítima for mulher, a interpretação vigente não é incompatível com o que é compreendido por feminicídio. Segundo o documento da ONU Mulheres em parceria com a Secretaria Nacional de Política para Mulheres considera-se feticídios/feminicídios a morte de uma mulher cometida por um homem desconhecido, com quem a vítima não tinha nenhum tipo de relação. Por exemplo, uma agressão sexual que culmina no assassinato de uma mulher por um estranho (ONU Mulheres e SPM, 2017, p. 23).

A terceira categoria, o feminicídio doméstico, Romio (2017) considera como dado o local de ocorrência. Se ocorrido no domicílio, trata-se de feminicídio doméstico. Este é um fator determinante, considerando a alta incidência dos assassinatos ocorridos dentro de casa quando comparados com homicídios ocorridos na rua. No caso brasileiro, esse índice é determinante se comparados aos homicídios masculinos que ocorrem, em sua maioria, em espaço público.

Por outro lado, para o enfrentamento da violência contra a mulher, além de dar visibilidade aos crimes, é fundamental a manutenção e o aprimoramento das redes de apoio previstos na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), que viabilizem atendimento para as mulheres. A rede de atendimento deve procurar garantir o acompanhamento às vítimas, além de empenhar um papel importante na prevenção da violência contra a mulher. As pesquisas mais recentes demonstram que além de ser assistida pelo sistema de justiça criminal, a mulher deve ter um acompanhamento médico e psicológico.

Isto porque, abordagens mais atuais têm procurado ampliar o espectro de violências a que estão sujeitas as mulheres e procuram traçar conexões entre formas que podem ser consideradas mais sutis de agressão e nem por isso menos danosas. Há inúmeros estudos que apontam a relação entre a ocorrência de doenças físicas e psíquicas e a exposição a violência, como comprova a pesquisa da jornalista brasileira Bruna de Lara. 'Quando a violência adoce as mulheres' é uma série de reportagens sobre o adoecimento de sobreviventes de violência doméstica e sexual, elaborado por Lara. O estudo é composto por matérias, vídeos e infográficos com o propósito de investigar a associação entre as formas de abuso e o desenvolvimento de doenças crônicas; bem como qualidade a assistência recebida pelas sobreviventes nos serviços de saúde; sem deixar de lado as políticas de saúde e de enfrentamento à violência contra as mulheres. A perspectiva da série é a de enfatizar a violência doméstica como questão social e de saúde pública estar atenta para a importância das marcas subjetivas deixadas em cada mulher.

Ao lado da coleta cada vez mais eficaz de dados e da formulação de políticas públicas destinadas a visibilizar a opressão feminina em países periféricos como o Brasil é preciso considerar o papel fundamental do jornalismo e das redes sociais neste contexto. Isto porque diante da certeza

de que a permanência da estrutura machista ser cultural, a esfera pública necessita de uma forte intervenção no que tange à questão do respeito à mulher.

Neste sentido faz-se importante destacar o papel das instituições que também reproduzem a ordem social masculina e apagam da história as relações de dominação, como bem afirma o antropólogo francês Pierre Bourdieu (2014) ao lembrar que a Família, a Igreja e a Escola, agem sobre as estruturas inconscientes e são grandes responsáveis pela reprodução e pela naturalização das relações desiguais de gênero. Se a Família desempenha o papel principal na manutenção da dominação masculina, a Escola transmite os pressupostos da representação patriarcal, e a Igreja, pelo menos na sua versão tradicionalista, contribui, na medida em que condena as mulheres que escapam ao ideal de decência feminina e também por atuar sobre as estruturas históricas do inconsciente coletivo através da simbologia dos textos sagrados.

Bourdieu ressalta que o reconhecimento da violência simbólica não implica em minimizar o papel da violência física e sexual na vida das mulheres ou em desculpar os homens por todas essas agressões. Pelo contrário: ele reconhece que o lugar da violência simbólica, na medida em que ela oferece suporte às outras formas de violência, atravessando-as, reforçando-as ou até mesmo escondendo as relações de poder nelas presentes.

Ele afirma ainda que a submissão feminina é ao mesmo tempo espontânea e forçada, necessitando de uma ampla compreensão que leve em consideração os efeitos duradouros exercidos pela ordem social sobre as mulheres, uma vez que são inscritas 'no mais íntimo dos corpos, sob a forma de predisposições (aptidões, inclinações)' (2014, p.61). Por isto mesmo é preciso considerar que a construção simbólica não se reduz a meras performances ou representações, realizando uma transformação profunda nos corpos e nos cérebros a partir de uma ação de formação. Bourdieu

reforça para o fato do quanto 'estes princípios transmitidos, essencialmente, corpo a corpo, aquém da consciência e do discurso escapam, em grande parte, às tomadas de controle consciente' (2014, 133). Por esta razão a naturalização das relações de poder que subjagam a mulher faz com que o esforço para a alteração e superação dessa inferioridade permaneça invisível.

Ele afirma que sempre viu na dominação masculina o maior exemplo do que chama de violência simbólica, uma violência: 'suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento' (Bourdieu, 2014, p.12). Uma vez que violência simbólica se institui através da adesão inevitável do dominado à visão do dominante, talvez seja a explicação para que as mulheres olhem para a realidade e, em especial, para as relações de poder, através da perspectiva de quem as domina. Esse argumento pode explicar o fato de que um terço das brasileiras acredita que a mulher que "se dá ao respeito" não é estuprada, mas que, ainda assim, 85% das mulheres do país temam ser vítimas de um estupro.

Neste sentido, é preciso refletir sobre o lugar do jornalismo brasileiro no que tange a geração de ambiente capaz de reverter esse cenário. E se as redes sociais ajudam a implementar novas possibilidades, na medida em que são responsáveis por colocar em visibilidade novos movimentos, como o *#MeToo*, também são responsáveis ainda por reforçar formatos de violência contra a mulher. Há alguns casos passíveis de serem mencionados, como o da adolescente carioca de 13 anos, há anos em condição de internação psiquiátrica em função da exposição de sua primeira relação sexual com o namorado do colégio via redes sociais. E que sem qualquer apoio da escola onde estudava, fez uma tentativa de suicídio. Os seus parentes tentaram, via justiça, ter acesso às informações dos primeiros a divulgarem a sequência de

imagens junto aos gestores das redes sociais *Facebook* e *WhatsApp*. Fato semelhante aconteceu com a adolescente de 17 anos vítima de estupro coletivo filmado e divulgado via redes sociais impunemente pelos agressores.

Importante enfatizar que o reconhecimento dessa nova esfera pública conclama também por um novo procedimento de pesquisas, nomeada por uma epistemologia feminista, preocupada em impulsionar a ampliação de perspectivas em desenvolver um modo feminista de pensar. Esta necessidade reflete a argumentação presente desde os anos 80 especialmente com Michelle Perrot que argumentava a necessidade de uma pesquisa produzida com o olhar especificamente feminino. Na época ela se questionava sobre a necessidade da interrogação da pesquisa realizada pelo próprio olhar feminino. A proposta centrada em uma epistemologia feminista é algo ainda hoje em gestação, considerando o volume de publicações e autoras. Aliás, na área da comunicação no Brasil o volume é insignificante, como revelaram as pesquisadoras Cláudia Lago e Monica Martinez no Seminário Internacional Fazendo Gênero, em 2017, em Florianópolis. Segundo elas, após pesquisarem as publicações mais bem ranqueadas da área no período de 2014 a 2016 constataram um número reduzido de artigos e de produção de autores concentrados na região sul-sudoeste. Essa invisibilidade, como nomearam, também pode ser detectada na produção midiática. Segundo as autoras, tomando por base o Monitoramento de Meios, constatam que a divisão de pautas nos veículos entre homens e mulheres também define a prevalência do olhar masculino sobre as notícias mais importantes e ainda a prevalência de estereótipos, uma vez que as mulheres geralmente ficam relegadas a coberturas sobre saúde e sociedade.

Diante deste quadro e com esta motivação, as estratégias do movimento feminista atual não se restringem a pautas relativas ao universo das mulheres, mas também a perpetuação do contingente filosófico que faz com que a cultura machista e de exclusão permaneça atuante. Corrobora-se com força o pensamento da poetisa feminista norte-americana Audre Lorde

'eu não serei livre enquanto houver mulheres que não são, mesmo que suas algemas sejam muito diferentes das minhas' que circula como mantra em praticamente todos os panfletos, movimento, sites e programas feministas, em especial os que mais reconhecem a necessidade da interface necessária entre as distintas plataformas de luta.

Considerações finais

O uso das redes pelo movimento feminista, sintetizado no movimento global *#MeToo* evidencia que a informação em si mesma, desligada do contexto sociopolítico, não pode ser tomado como contra-hegemônico no sentido de propiciador de mudanças. Assim, para além dos partidos políticos (e na ausência de organizações partidárias de massa), a rede favorece uma relação direta entre frações de classe social, assim como entre instituições sociais, que podem constituir-se em contra movimentações sociais, como é o caso do movimento feminista. De fato, não apenas militantes, mas até mesmo pensadores de inspiração liberal ou pragmática têm apostado na possibilidade de um sistema informativo capaz de ampliar racionalmente a transparência dos grandes problemas sociais, em direção a uma democracia deliberativa. Aplicativos como *Twitter* e *WhatsApp* deram ensejo a um impacto imediato na participação coletiva, driblando variáveis tradicionais como o peso partidário e a visibilidade tradicional dos debates públicos.

Desde o texto de Lyotard (2002) no final dos anos 70 ficou demonstrado o efetivo enfraquecimento das grandes explicações do mundo e a profusão das palavras que não fazem sentido concreto. A efervescência das redes e das plataformas eletrônicas aponta para uma dinâmica na qual ainda não se possui compreensão global, mas que já mostra que a vida política acontece também, para além da dimensão discursiva, na movimentação dos corpos, nos embates coletivos e em signos indiciais, em que mais vigora a potência afetiva dos grupos do que a lógica dos argumentos.

Em termos institucionais, democracia implica a possibilidade coletiva de fazer escolhas próprias, portanto, o uso autônomo de ferramentas mínimas de estruturação da cidadania. Essas “ferramentas” não se resumem a artefatos eletrônicos colocados no mercado, uma vez que essa forma política não se define por uma disposição subjetiva: o “democrático” não nasce na espontaneidade de um uso particular. Nasce, sim, na articulação da vida social com uma institucionalidade que dê lugar à ponderação dos conflitos. Isto é, que faça funcionar o Estado de direito, combinando sociedade civil com sociedade global. Isso vem sendo demonstrado pela movimentação feminista com ampla e efervescente atuação nas redes e aplicativos, mas também voltada para ativa presença na política, na pesquisa científica e com a produção de narrativas quotidianas capazes de reverter os altos índices de violência contra as mulheres e avançar em direção a real conquista de direitos.

Referências

- Alves, José Eustáquio D. (2003) **A conquista do voto feminino: voto, educação e trabalho.** REM, Ouro Preto.
- AVELAR, Lucia. **Mulheres na elite política brasileira.** São Paulo: Ed. da Unesp, 2002.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BERENI, Laure; Chauvin, Sebastián; Jaunait, Alexandre and Revillard, Anne. **Introduction aux études sur le genre.** Bruxelles: De Boeck Ed, 2012.
- Blogueiras Feministas (2012) <https://blogueirasfeministas.com/tag/redes-sociais/> Acesso em: 14 abr. 2019.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica.** Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.
- CASA PÚBLICA (2018) Feminismo, polêmicas e as campanhas nas redes sociais contra o assédio. <https://apublica.org/2018/03/feminismo-polemicas-e-as-campanhas-nas-redes-sociais-contr-o-assedio/> Accessed 17 Abril 2019.
- COSTA, Ana Alice Alcântara. **O movimento feminista: dinâmicas de uma intervenção política.** Rio de Janeiro, 2006
- PERROT, Michelle; BOTTMANN, Denise. (1988) **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.** Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CHEGA de fiufiu. Direção de Amanda Kamanchek e Fernanda Frazão <https://www.youtube.com/watch?v=S-P-tfkGAeQ>. 2018. Acesso em: 20 ag. 2018.
- DIRETORIA DA ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS, da Fundação Getúlio Vargas (DAPP/FGV). <http://www.generonumero.media/para-enfrentar-bolsonaro-e-seu->

discurso-que-promove-o-medo-mulheres-prometem-ir-as-ruas-defender-democracia/. Acesso em: 26 set. 2018.

NOS CAMINHOS de margarida. Direção de Eduardo Homem. https://www.youtube.com/watch?time_continue=7&v=sjxruyZt-eM. 2017. Acesso em: 15 abr. 2019. Marcha Mundial das Mulheres (2013).

<http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/> Acesso em: 14 abr. 2019

EVANS, Richard J. “The concept of Feminism notes for Practicing Historians, In: Joeres, R. & Maynes, M. (org.) **German Women in the Eighteenth and Nineteenth Century**. Bloomington: Indiana University Press, 1986.

EVANS, Richard J. **The Feminists: women’s emancipation movements in Europe, America and Australia in 1840-1920**. New York: Routledge, 2013.

FÓRUM DE SEGURANÇA (2018) Visível e Invisível: a vitimização das mulheres no Brasil: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-2-edicao/>. Acesso em: 15 abr. 2019.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. (2009). **Movimentos Feministas**. In: HIRATA, Helena (Ed.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP.

LAGO, Cláudia & MARTINEZ, Mônica. **Quem são e o que estudam as/os pesquisadoras-es de gênero na comunicação**. 13o Mundo de Mulheres e Fazendo Gênero 11 – Transformações, Conexões e Deslocamentos. Florianópolis, 2017 (Anais Eletrônicos)

http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499529493_ARQUIVO_LAGOEMARTINEZ.pdf

LYOTARD, Jean- François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

MARCHA DAS VADIAS. (2011) <https://marchadasvadiascwb.wordpress.com/>. Acesso em: 14 abr. 2019.

PAIVA, Raquel. **Política: palavra feminina**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

PERROT, Michelle. **Une histoire des femmes est-elle possible?** Paris: Rivage, 1984.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Civis políticos: a conquista da cidadania feminina**. O Progresso das Mulheres no Brasil, UNIFEM, 2006.

RAGO, Margareth. (1998) Epistemologia feminista, gênero e história. In: **Masculino, feminino, plural**. Pedro, Joana; Grossi, Miriam (Ed.) Florianópolis: Ed.Mulheres.

SARTI, Cynthia (2001). Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. Campinas, **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 31-48.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1996.

SCOTT, Joan. **Gender and the Politics of History**. New York: Columbia University Press, 1999.

THINK OLGA. (2013) <https://thinkolga.com/>. Acesso em: 16 abr. 2019.

